

15 de dezembro, 1994

RANGEL E OS CICLOS LONGOS

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Trabalho apresentado ao Congresso da ANPEC,
Salvador, Bahia, dezembro de 1994.

Ignácio Rangel foi um dos mais notáveis economistas brasileiros. Quando me perguntam quais foram meus mestres em economia no Brasil não tenho dúvida em afirmar. Foram Ignácio Rangel e Celso Furtado, que, nos anos 50, quando eu era muito jovem, me introduziram ao problema do desenvolvimento e da inflação brasileira. Rangel era dotado de uma inteligência penetrante e de uma poderosa imaginação, que lhe permitiram analisar de forma inovadora a economia brasileira e, ao mesmo tempo, contribuir para o desenvolvimento da teoria econômica. Eu conheci bem Ignácio Rangel, que foi meu amigo. Conheci-o na segunda metade dos anos 50, quando li seus trabalhos sobre a capacidade ociosa e o desenvolvimento, e assisti a suas conferências no ISEB. Depois, em 1963, quando publicou *A Inflação Brasileira*, li seu livro em um seminário que então Delfim Netto organizava na Faculdade de Economia da USP. Delfim e seus assistentes criticavam Rangel pela imprecisão de seus conceitos econômicos, sem ver nele o grande economista autodidata que naquele livro estava formulando uma interpretação inovadora da inflação brasileira. Assim não percebiam o vigoroso economista que, sem conhecer Kalecki, desenvolvia uma macroeconomia com as classes sociais; muito menos viam que Rangel, com aquele livro, descobrira que a oferta de moeda é antes endógena do que exógena, de forma que o Banco Central está longe de ter o poder que se lhe atribui de controlar perfeitamente a oferta de moeda. Hoje, esta idéia já foi adotada pelos economistas

Trabalho preparado para o painel “Ignácio Rangel: Teoria e Prática”, XXII Encontro de Economia da ANPEC. Florianópolis, dezembro 1994. O autor agradece a contribuição de José Márcio Rego.

keynesianos, e cada vez mais a teoria econômica oficial é obrigada a reconhecer que a oferta de moeda lhe é própria. O grande esforço dos economistas que estudam a moeda e dos bancos centrais que a administram é o de, através do ajuste fiscal e da obtenção de uma poupança pública substancial, lograrem uma razoável exogeneidade da política monetária. Mas especialmente em regime de alta inflação esse objetivo é inalcançável, como mostrou Rangel.

Rangel foi um economista formado na escola estruturalista da CEPAL. Antes havia passado por uma fase marxista, mas será o estruturalismo cepalino, marcado por forte keynesianismo, sua principal influência. Ora, nos anos 50 esse pensamento está dominado pela idéia de planejamento econômico. Dava-se ao planejamento uma enorme importância. O próprio Rangel chegou a escrever um livro sobre planejamento (*Elementos de Economia do Projeto*, 1958). Não obstante, sua atitude em relação à economia e à política econômica era profundamente antivoluntarista. Talvez a sua mais profunda convicção tenha sido a de que a economia tem uma dinâmica própria, cíclica, não se submetendo facilmente às diretivas das autoridades econômicas.

Mais do que um economista estruturalista, Rangel foi um economista heterodoxo. Seus conhecimentos de teoria econômica eram limitados. As bases do seu pensamento econômico estavam em Marx, Keynes e Schumpeter. Bases sólidas, porém, que, submetidas à sua imensa capacidade de enfrentar o pensamento convencional, o lugar comum, as verdades assentes, o tornavam, ao mesmo tempo, heterodoxo e extraordinário. Em muitas e muitas ocasiões Rangel desenvolveu idéias que confrontavam o saber convencional. Não apenas o saber convencional dos economistas conservadores, mas também, senão principalmente, dos economistas de esquerda, estruturalistas como ele, ou marxistas.

Um exemplo dessa sua heterodoxia radical está na chamada "curva de Rangel", mostrando que no longo prazo a inflação tem uma relação inversa – ao invés de direta, como pretende a teoria convencional – com o crescimento. Rangel demonstrou que no Brasil, desde os anos 50, quanto maior o crescimento, menor a inflação, e vice-versa. Rangel nunca deu uma explicação totalmente satisfatória para esse fato, mas está claro que

isto acontece no médio prazo na medida em que a inflação é um sintoma da crise, que é um mecanismo de defesa da economia contra a própria crise. No curto prazo, o excesso de demanda pode provocar inflação, mas em um prazo mais longo o que eleva a taxa inflacionária é a incapacidade da economia de resolver adequadamente suas próprias contradições, resultando daí a relação inversa.

Há muitos outros exemplos. Nos anos 50 a reforma agrária era vista pelos economistas de esquerda como condição para o desenvolvimento industrial. Rangel, que tinha enorme simpatia pela reforma por motivos políticos, empenhou-se, entretanto, em mostrar que essa abordagem era equivocada. Já que o Brasil se desenvolvia via substituição de importações, não necessitava naquela época do mercado que poderia se originar no campo a partir da reforma agrária.

Tornei-me amigo de Ignácio Rangel nos anos 70. Com a Revolução de 1964 Rangel foi compulsoriamente aposentado do BNDES. Por algum tempo permaneceu no ostracismo. Até que, em 1972, vem a São Paulo participar da reunião da SBPC, e traz um artigo baseado na teoria dos ciclos de Kondratieff. Nesse artigo, previa que em breve a economia mundial entraria em uma grande crise, embora naquele momento no Brasil vivêssemos em ritmo de milagre, e no resto do mundo as taxas de crescimento continuassem muito favoráveis. Lembro-me da desconfiança que as idéias de Rangel provocaram nos economistas presentes. Mais uma vez Rangel estava confrontando o saber convencional. E no entanto, um ano depois suas previsões se confirmavam. Nos últimos vinte anos, desde 1973, as taxas de crescimento no primeiro mundo foram a metade do que foram nos vinte anos anteriores.

Rangel sempre pensou na economia como sendo um processo histórico, cíclico e dialético. A idéia de que a economia tem dinâmica própria que é determinada pelo mercado e pela tecnologia, não podendo ser alterada ao bel-prazer dos formuladores de política econômica, foi sempre um dos traços marcantes do seu pensamento. A inflação não era para ele a mera consequência de descontrole do gasto público, mas uma forma através da qual a economia se defende da tendência cíclica à capacidade ociosa. Além disso, era o resultado do poder monopolista das grandes empresas vendedoras e compradoras que

aumentavam suas margens e em seguida as mantinham rígidas, mesmo em caso de recessão.

Rangel foi formado na escola estruturalista da CEPAL, onde dominava o pensamento de Raul Prebisch e Celso Furtado. Formado em Direito pela Universidade do Maranhão, onde nasceu, seu único estudo formal de economia foi um curso, em meados dos anos 50, na Comissão Econômica para América Latina. Isto não impediu, entretanto, que Rangel, da mesma forma que criticava as interpretações ortodoxas da inflação (monetaristas e keynesianas), criticasse também as teorias estruturalistas que via como insuficientes para explicar a inflação brasileira.

Ignácio Rangel foi sempre um homem de esquerda. Na sua juventude foi comunista e marxista. Isto lhe custou a prisão em 1937. Já no Rio de Janeiro, nos anos 40 e 50, tornou-se um keynesiano e um cepalino desenvolvimentista, preocupado com o grande projeto nacional de industrializar o Brasil. Para isto participou da fundação do ISEB, uma instituição que repensou o Brasil de forma radical nos anos 50 e definiu seu grande projeto de desenvolvimento. No Instituto Superior de Estudos Brasileiros Ignácio Rangel foi o grande economista, enquanto Hélio Jaguaribe era o grande cientista político, e Guerreiro Ramos, o grande sociólogo. Nesse instituto, do qual também participaram Cândido Mendes de Almeida, Álvaro Vieira Pinto, Roland Corbisier, Nelson Werneck Sodré, e, periféricamente, Celso Furtado, reuniu-se um grande grupo de intelectuais nacionalistas – o Grupo de Itatiaia – que fez a crítica do modelo primário-exportador e da alienação cultural das elites oligárquicas, semi-aristocráticas, ligadas à terra e ao comércio exterior, ao mesmo tempo que propunha a estratégia nacional-desenvolvimentista: a industrialização por substituição de importações através de uma grande aliança política da classe industrial burguesa nascente, da tecnoburocracia estatal orientada para o desenvolvimento, e dos trabalhadores urbanos. Rangel aceitou esse diagnóstico e essa estratégia, cujo principal formulador fora Hélio Jaguaribe, mas acrescentou que a aliança política industrializante só se tornaria realmente compreensível se aos industriais, aos burocratas e aos trabalhadores fosse acrescentada uma quarta classe à qual cabia a liderança política da coalizão política: a ‘oligarquia substituidora de importações’, existente no Sul e no Nordeste. Getúlio Vargas

que fora o grande líder político do início da industrialização brasileira, era um estancieiro, um membro da oligarquia substituidora de importações.

Rangel possuía uma concepção original da história brasileira: a teoria da ‘dualidade básica’ da economia e da sociedade no Brasil. Uma dualidade que, através de um processo cíclico de longa duração, levava o sócio menor de uma determinada fase histórica a tornar-se o sócio maior na fase seguinte. A partir dos anos 30, a oligarquia substituidora de importações tornara-se o sócio maior, enquanto a burguesia industrial assume o papel de sócio menor. Depois da segunda guerra mundial, os industriais assumem o papel de sócios maiores. Rangel, entretanto, não soube explicar porque, em 1964, os industriais aceitaram tão facilmente a tutela da burocracia civil e militar. Também não soube dizer porque, após o colapso do regime militar, a burguesia industrial não se tornou, ao contrário do que se esperava, a verdadeira classe dirigente do país. Na verdade, desde o fracasso do Plano Cruzado, o Brasil está sem um grande pacto político unindo a sociedade brasileira. Com Fernando Henrique na presidência talvez esse pacto se forme – um pacto que novamente reúna empresários, classes médias burocráticas e trabalhadores em um projeto nacional de desenvolvimento. A burguesia industrial que liderará esse pacto não será aquela que se projetou nos anos 70, à base do aprofundamento da substituição de importações, mas a burguesia que se afirma hoje através de sua capacidade de concorrer no plano internacional. E se isto ocorrer, as previsões de Rangel terão sido mais uma vez confirmadas.

Rangel aprendeu com Marx, com Keynes e com Schumpeter. Entretanto, como acontece com todo grande intelectual, ele era um homem livre – capaz de pensar por conta própria. Por isso abandonou muito cedo o comunismo. Por isso nunca pode ser enquadrado como um típico economista estruturalista, ou um típico economista keynesiano. Decididamente Rangel não foi um desses muitos epígonos que repetem um mestre qualquer: ele não estava voltado meramente para a produção da ciência normal. Ele era um criador que se arriscava.

Rangel, além de economista teórico que publicou muitos livros, foi um homem de ação. Foi um dos principais assessores de Getúlio Vargas, especialmente em seu segundo governo, entre 1950 e 1954. Depois, foi economista do BNDES. Juntamente com seu

grande amigo, há muito falecido, Jesus Soares Pereira, teve um papel importante na criação das grandes empresas estatais brasileiras, particularmente a Petrobrás e a Eletrobrás, que teriam um papel tão decisivo no desenvolvimento do Brasil. Seu compromisso fundamental era com o desenvolvimento do Brasil. Para alcançá-lo, não se deixava levar por ideologias de direita ou de esquerda. Para um país se desenvolver, o fundamental era investir. E investimentos só podiam ser realizados, se financiados. Logo, pragmaticamente, buscava saber como seria possível financiar o desenvolvimento. Em um certo momento, esse financiamento pode ser feito a partir dos fundos de poupança forçada do Estado. Estimulou essa forma de financiamento. Com a crise do início dos anos 60, essa fonte começou a exaurir-se. Propôs, então, a Octávio Gouveia de Bulhões, Ministro da Fazenda naquele período, a correção monetária como uma estratégia alternativa. Em meados dos anos 70, porém, a correção monetária começava a apresentar efeitos distorcivos ao mesmo tempo em que a capacidade de poupança forçada do Estado revelava-se definitivamente esgotada. Rangel volta a surpreender a todos ao ser o primeiro a propor a privatização das empresas estatais, que ele ajudara a criar. Em 1978, no posfácio da terceira edição de seu livro sobre a inflação, que eu como seu amigo o convenci a escrever, Rangel diagnosticava a crise do Estado e propunha que, através de uma nova lei de concessão de serviços públicos, o setor privado se responsabilizasse de forma crescente pelos investimentos públicos de infraestrutura.

Rangel era um homem preocupado com a distribuição de renda. Mas o respeito às tendências endógenas da economia era nele dominante. Por isso, quando nos anos 1950 e 1960 a reforma agrária foi transformada pela esquerda em uma condição *sine qua non* do desenvolvimento brasileiro, Rangel discordou. Era pessoalmente favorável à reforma agrária, mas observava que esta, que fora essencial nos países desenvolvidos para criar o mercado interno, não o era no Brasil em 1950, quando a indústria contava com o mercado cativo originado na substituição de importações. Hoje, quando a substituição de importações há muito se esgotou, e a criação de um mercado de massas não é apenas uma questão de humanidade, mas uma condição para a retomada sustentada do desenvolvimento uma vez alcançada a estabilização, talvez Rangel revisasse sua análise e desse à reforma agrária a importância estratégica que há 30 anos ele não via que ela tivesse.

Os Ciclos Longos

A concepção de Rangel do desenvolvimento econômico e político do Brasil está apoiada em duas idéias-chave: os ciclos longos e a dualidade básica. Os ciclos longos de Kondratieff¹ são centrais em sua análise da evolução histórica de nossa economia e sociedade: "O relacionamento que faço das vicissitudes de nossa história nacional com as ondas longas, cuja simples existência não é aceita mansamente, faz-me sentir um pouco como Heidrich Schliemann quando resolveu levar a sério a *Iliada*, na busca da localização exata de Tróia, valorizando, assim, um documento que muitos consideravam uma tessitura de mitos. Assim, comecei por levar a sério a teoria das ondas longas, buscando com ela compaginar nossa própria história nacional. E não duvido de que os estudos aprofundados, de outros pesquisadores, não apenas confirmarão minhas hipóteses, como lançarão nova luz sobre aquela teoria, fazendo progredir a ciência" (1982: 11).

Rangel aprendeu a teoria dos ciclos longos de Kondratieff lendo *Business Cycles* de Schumpeter e o próprio texto de Kondratieff publicado em espanhol pela *Revista de Occidente*.² Para Rangel, o processo de desenvolvimento é um processo eminentemente cíclico regido por ondas de inovação tecnológica e pelo processo de acumulação de capital. Rangel assinala, insistentemente, que esse processo cíclico independe da vontade humana, portanto, da política e do planejamento. É um processo contraditório através do qual a inovação tecnológica, cuja dinâmica explica o ciclo longo, está em permanente conflito com os capitais existentes que são por ela depreciados. A massa de recursos acumulados funciona como um fator de resistência ao progresso tecnológico, "devendo ser buscada aí a causação mais profunda das flutuações econômicas". A reversão cíclica ocorre porque, "a certa altura, em seguida a um período de intensa renovação do capital fixo, passam a

¹ - Para uma discussão teórica sobre os ciclos longos de Kondratieff, ver no Brasil Bresser Pereira (1986b). A literatura sobre o tema desenvolveu-se extraordinariamente nos últimos anos, provavelmente a partir do fato de que a desaceleração das economias desenvolvidas, ocorrida a partir do início dos 1970s, confirmou as previsões embutidas na teoria de Kondratieff. Para uma análise atualizada e razoavelmente completa do assunto ver Solomou (1990).

² - Ver Rangel (1981b), onde Rangel examina a dinâmica dos ciclos de Kondratieff.

preponderar as forças propensas à preservação dos capitais recém-criados, e a capacidade instalada encontra os limites do mercado" (1981: 21).

Rangel utilizou intensamente a teoria dos ciclos longos para compreender o processo de desenvolvimento brasileiro. O paralelismo que Rangel faz entre as vicissitudes de nossa história econômica e política e os ciclos longos é sugestivo.³ As fases "b" dos ciclos, quando a economia se desacelera, embora mantendo taxas positivas de crescimento, é sempre identificada com mudanças marcantes na história brasileira. Com efeito, "na fase 'b' do 1o. Kondratieff, tivemos a Independência; a 'b' do 2o. deu-nos a Abolição-República; quanto à revolução de 30, que enquadraria institucionalmente a industrialização, foi, segundo todas as aparências, um incidente da fase 'b' do 3o. Kondratieff" (1981: 19).

No Brasil, ou seja em uma economia periférica, as fases 'b' ou recessivas dos ciclos longos "manifestam-se primordialmente pelo relativo estrangulamento do comércio exterior e piorando os termos de intercâmbio" (1981: 19). Como essa fase ocorre de forma sustentada por todo um quartel de século, as economias periféricas têm tempo para se ajustarem à nova situação. "No caso brasileiro, a economia tem encontrado sempre meios e modos de ajustar-se ativamente à conjuntura implícita no ciclo longo. Em especial, confrontada com o fechamento do mercado externo para os nossos produtos resultante da conjuntura declinante dos países cêntricos, temos reagido por uma forma qualquer de substituições de importações, ajustada ao nível de desenvolvimento de nossas forças produtivas e ao estado das nossas relações de produção" (1981: 19). Daí resultar que o nosso desenvolvimento econômico "dista muito de ser limitado às fases "a" ou ascendentes dos ciclos longos. Nossa economia, confrontada com movimentos duradouros de fluxo e refluxo, em suas relações com o centro dinâmico universal, encontra meios de crescer "para fora", expandindo a produção exportável, ou, "para dentro", promovendo uma forma qualquer de substituições de importações" (1981: 20).

³ - 1o. ciclo longo: fase "a": 1870-1815 fase "b": 1815-1847
2o. ciclo longo: fase "a": 1847-1873 fase "b": 1873-1896
3o. ciclo longo: fase "a": 1896-1920 fase "b": 1920-1948
4o. ciclo longo: fase "a": 1948-1973 fase "b": 1973- (?)

Ignácio Rangel não utilizou a teoria dos ciclos longos apenas para compreender o Brasil. Em 1972, quando o Brasil vivia seu 'milagre' econômico e na economia mundial o primeiro choque do petróleo ainda não ocorrera, Rangel, que após o seu enfarte estava desaparecido, surpreendeu a todos quando previu a crise mundial a partir da dinâmica de Kondratieff.⁴ Rangel observa que em 1913 esgota-se a expansão do terceiro Kondratieff e começa um período depressivo, durante o qual se acumulavam condições científicas para um novo ciclo de inovações tecnológicas. Esta fase recessiva dura até 1938, quando tem início uma nova onda de expansão que atravessa a Segunda Guerra Mundial e o período de intensa reconstrução. Entretanto, observa Rangel, temos, "depois de 1963, período caracterizado por crescentes sintomas de que a 'reconstrução ampliada' do pós-guerra foi chegando ao fim nas áreas decisivas do 'centro dinâmico'. Noutros termos, acumulam-se os indícios de que entramos numa era semelhante à que se seguiu a 1913..." (1972: 116). Durante os 1960s já começavam a se definir as condições para a reversão cíclica, a qual, entretanto, só se consumaria em 1973, quando começa a fase "b" do quarto Kondratieff. Em um artigo posterior Rangel reconheceu este fato. Equivocou-se, entretanto, em relação à sua repercussão sobre a economia brasileira. Ao afirmar que "a idéia de que a fase 'b' do ciclo longo signifique, necessariamente, para os países periféricos, uma queda do dividendo nacional, ou mesmo uma desaceleração do seu crescimento, deve ser liminarmente descartada" (1981: 34), Rangel supunha que poderia novamente reproduzir-se a expansão que ocorrera na fase recessiva do terceiro Kondratieff, quando isto, de fato, já não podia ocorrer, já que o modelo de substituição de importações se esgotara.

Conclusão

Ignácio Rangel deixou-nos no início deste ano, quando as nossas incertezas eram muito grandes a respeito do futuro do Brasil. Depois de uma crise que já dura catorze anos. Rangel, entretanto, era antes do que qualquer outra coisa um otimista que acreditava nas

⁴ - Este artigo foi apresentado em São Paulo, em julho de 1972, ao congresso anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Entre outros, estavam na reunião, entre

potencialidades do Brasil. A inflação era um sintoma de crise, mas como a crise é cíclica, ela terá que ser superada na medida em os recursos existentes nos setores com capacidade ociosa sejam transferidos para os novos setores dinâmicos. Então um novo padrão de financiamento do desenvolvimento afinal se delineará.

Rangel não teve tempo de presenciá-lo, mas seus discípulos e amigos não esquecerão seus ensinamentos e sua inspiração. Neste momento talvez devessem pensar, como certamente Rangel lembraria, que a fase recessiva do quarto ciclo de Kondratieff deve estar se esgotando em meados desta década. Se novamente se confirmar a intuição do economista russo, o mundo capitalista deverá, a partir dos próximos anos, entrar em uma nova fase de prosperidade. Já há sinais deste fato na economia norte-americana. As grandes crises da América Latina e do Leste Europeu estão terminando. No Leste Asiático, apesar da recente recessão do Japão, não chegou verdadeiramente a haver crise. Podemos, portanto, pensar em ser otimistas.

Referências

- Bresser Pereira, Luiz Carlos (1986) *Lucro, Acumulação e Crise*. São Paulo: Brasiliense.
- Rangel, Ignácio M. (1958) *Elementos de Economia do Projeto*. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1960. Curso ministrado em 1958. Reeditado por Editora Bional, 1987.
- Rangel, Ignácio M. (1981) "O Brasil na fase 'b' do 4o. Kondratieff". Em Ignácio M. Rangel (1982). Artigo apresentado ao 33o. Congresso da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, São Paulo, julho 1981.
- Rangel, Ignácio M. (1982) *Ciclo, Tecnologia e Crescimento* (coleção de ensaios). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. As citações com a data 1982 referem-se ao Prefácio de Rangel a este livro.

outros, Antônio Barros de Castro, Francisco de Oliveira e Paulo Singer. O artigo foi publicado no ano seguinte em *Estudos CEBRAP*.

Solomou, Solomos (1990) *Phases of Economic Growth - 1850-1973*. Cambridge:
Cambridge University Press.